

Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis



B0024312

PUTADO RUI RAMOS

F
238
175

A INFLUÊNCIA DO EVANGELISMO NA EVOLUÇÃO DO BRASIL

*Discurso pronunciado na Câmara dos
Deputados à 14 de junho de 1954*



RIO DE JANEIRO — 1954

F 328.32
R175i

18002431

A INFLUÊNCIA DO EVANGELISMO NA EVOLUÇÃO DO BRASIL

(Discurso do Deputado Rui Ramos, pronunciado na Câmara
Federal, à 14 de junho de 1954)

O SR. RUI RAMOS:

— Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupo hoje a tribuna da Câmara para dar ciência ao Congresso e ao País de importante documento recentemente publicado, em forma de manifesto, pela Confederação Evangélica do Brasil.

É possível que todos os Srs. Deputados tenham, como nós, recebido e lido o referido documento. Dada a sua grande significação moral e a relevância dos assuntos que aborda, vamos considerar o documento como parte integrante do nosso discurso.

O manifesto é do teor seguinte:

Manifesto do Evangelismo Brasileiro à Nação

A Confederação Evangélica do Brasil, entidade representativa do Evangelismo brasileiro, falando em nome deste, vem dirigir-se ao Governo e ao povo brasileiro em um momento crucial para a história da humanidade.

Analisar o panorama nacional é, sem dúvida, empreendimento que não cabe nos limites deste Manifesto. A crise econômica que nos assola e a crise moral e de caráter, que se evidencia a todo passo, na corrupção, na literatura pornográfica, no egoísmo, na ganância, no menosprezo dos valores morais na descrença e no sensualismo, são sintomas que alarmam os mais otimistas e que reclamam das forças vivas da nação brasileira uma tomada de posição, numa batalha de vida ou de morte.

O Evangelismo brasileiro, parte integrante da vida nacional, embora tenha a consciência de que, por todos os meios ao seu alcance, tem proclamado o Evangelho de Cristo, na sua íntegra, como único meio para a solução dos graves problemas, que assolam a Pátria, não foge à sua res-

ponsabilidade. O que aí está é, de alguma forma, culpa de todo o povo brasileiro e recai proporcionalmente sobre os ombros de quantos tenham qualquer parcela de responsabilidade administrativa, ou de influência moral e religiosa.

Apresentamo-nos ao mundo civilizado como nação cristã, e, entretanto, se manifestam na vida de nossa terra os sintomas que precederam à queda dos grandes impérios pagãos. O futuro da Pátria periclita. Urge analisarem-se os problemas brasileiros objetivamente, com um brado de alerta à opinião pública, contra o desfibramento moral e o desvirtuamento de valores, valores estes que têm sido, até agora, apanágio do povo brasileiro.

A humanidade vive a época das contradições berrantes, que se verificam dentro e fora dos limites do território pátrio, e que só se explicam pela filosofia utilitária e materialista que tudo permeia e envolve todas as camadas sociais.

No terreno internacional, pelos seus reflexos sobre a sociedade brasileira poder-se-ia analisar a filosofia contraditória do comunismo ateísta que reclama liberdade de propaganda e de organização nos países que pretende conquistar, liberdade que nega, entretanto, em sua terra de origem, a quantos discordem de seus postulados materialistas.

Tanto as nações do Oriente como as do Ocidente, em consequência das condições internacionais, contradizem em seus programas administrativos as mais nobres aspirações dos seus povos. É a mais generalizada e universal a aspiração de paz, em todas as camadas sociais, em todos os quadrantes da terra e, no entanto, são astronômicos os dispêndios na preparação da guerra. As forças do mal,

F
328.32
P175i

enquanto não podem sorver o sangue humano, nos campos de batalha, sugam os energias dos povos, na preparação para a guerra.

Uma das nações latino-americanas, a Colombia, enquanto envia os seus soldados à Coreia, para defesa dos direitos do homem, permite que em seu próprio solo se conspurquem esses mesmos direitos perseguindo as minorias protestantes e os políticos liberais eliminando os seus dirigentes sequestrando menores e enlutando famílias inteiras.

A Igreja Católica Romana, enquanto reclama para si liberdade de propaganda, nos países em que é minoria, a exemplo da América do Norte, nega, essa liberdade, às minorias religiosas, sempre que alcança o predomínio, com se dá atualmente na Espanha.

A mesma Igreja, enquanto que, em face do materialismo, que se alastra concita, pela voz de seus maiores, os vários ramos do Cristianismo à união trata aos cristãos que não formam sob sua bandeira, como inimigos, vindo mesmo, ainda, agora, a defender a política de discriminação religiosa no plano imigratório do país.

A presente manifestação de pensamento do Evangelismo brasileiro enquanto que é feita com dor e compungimento, é lançada com fé em Deus e confiança nas reservas morais da Nação.

Seria de desejar, nos altos interesses da Pátria, que alguns dos sintomas, que passamos a referir, jamais tivessem encontrado ambiente, ou oportunidade, para se manifestarem em nosso meio. Esses mesmos interesses reclamam por outra parte, que todas as forças morais e espirituais brasileiras se preocupem profundamente com as condições do povo, e, cada uma em seu campo de atividade, empreenda obra construtiva. Que vemos, entretanto? São novos erros e agavar erros seculares.

No panorama político-partidário, as contradições são frequentes. Os elevados programas dos partidos são anulados, por vezes pelos interesses pessoais dos representantes do povo, sem observância dos princípios partidários.

No terreno administrativo, para citar apenas um exemplo, o esforço do Governo da República para combater o jogo que, aliás é condenável em todas as suas modalidades

des e formas, é a miúdo anulado por interesses subalternos.

O problema social do Brasil agrava-se, dia a dia, pela atuação solerte dos inimigos do regime que, na ausência de formação moral e religiosa mais sólida, encontram campo aberto para as suas instilações. Alta percentagem do povo brasileiro, mesmo entre os adversários teóricos da filosofia materialista, esposa e defende o princípio do lucro, ou ganho, sem uma produção, ou um esforço equivalente ao capital empregado ou ao salário percebido. Se o brasileiro continuar, adepto do ganho fácil e não do trabalho honesto, o Brasil não poderá ser engrandecido.

É surpreendente que também no meio religioso a verdade seja sacrificada aos interesses sectários. Ainda recentemente, o Evangelismo brasileiro, uma das forças espirituais que muito se tem empenhado no engrandecimento da Pátria brasileira, pela formação de caracteres cristãos pelo implantamento do espírito de trabalho honesto, de justiça e de respeito mútuo, pelo embate ao analfabetismo, pela educação popular e a assistência social e religiosa aos desprovidos de recursos, foi apresentado ao público brasileiro de modo desfigurado. A obra social e religiosa, que o Protestantismo brasileiro realiza, vem exercendo as mais benéficas influências sobre a vida brasileira, neste último século inclusive sobre a evolução da obra educacional, desde a reforma Bernardino de Campos, e tem o reconhecimento e a boa acolhida das autoridades públicas e do povo, em geral. Essa obra é entretanto e frequentemente, desvirtuada pela alta hierarquia e pelo clero da religião dominante no país. Assim é que a semelhança do que se deu por ocasião da segunda guerra mundial, quando de público, líderes evangélicos foram acusados de fascistas, é a pena de um escritor católico-romano que agora apresenta esse mesmo Protestantismo como comunista. Não só o alto sentido espiritual do Evangelismo brasileiro, como a não existência de comunistas no meio evangélico — ou ao menos em grau infinitamente

menor, do que existe nos arraiais, católicos-romanos, como o fato de que nos países de maioria protestante que o comunismo não vingou, enquanto que é nos países católico-romanos que se encontram os

maiores partidos comunistas, fazem que se desmantele, por si mesma, essa acusação aleivosa. Enquanto que, por essa forma, se acusam injustamente, forças vivas e construtivas, da nação se desviam as visitas e as energias, de um e outro seto rds mais graves problemas, quais os vícios, o crime a delinquência de menores, o analfabetismo, a jogatina e a má literatura, que corroem a vida nacional.

Também no Brasil se faz sentir, e crescentemente, a mão de ferro da perseguição religiosa, a despeito das sábias leis que os regem. Mui frequentemente, parte do clero romano, valendo-se da ignorância das massas em rincões longínquos da Pátria, ignorância pela qual é o maior responsável, cerceia liberdades e ameaça vidas preciosas obrigando as autoridades a acudir, com urgência com contingentes policiais, para manter a ordem como se deu, ainda recentemente em Corinto e em Santa Margarida, Estado de Minas Gerais, e em Penápolis, Estado de São Paulo.

Os dias que correm em um mundo conturbado, reclamam de quantos tenham qualquer influência, que prestigiem o princípio de autoridade. Como compreender entretanto nessa situação o desrespeito às autoridades constituídas, pregado abertamente por preladados e antistes da Igreja Católica Romana. Em entrevista largamente difundida na imprensa paulistana, o bispo de uma das dioceses do Estado de São Paulo, proclamou assistir a sua Igreja o direito de intervir no Governo, sempre que este a juízo dela, Igreja não cumprir o seu dever. E foi uma das maiores figuras eclesiásticas do país que ameaçou o Governo brasileiro nos seguintes termos: "Se houver no Brasil um governo que sancione a lei do divórcio, a Igreja e o povo cristão pegarão em armas contra esse governo" (O Globo, 17-8-1953). Qual o brasileiro, digno deste nome, que terá recebido tais ameaças, sem tristeza, ou sem o mais veemente protesto?

Sabemos que nem tudo está perdido, e louvados a Deus por isto. Em todas as camadas sociais e em todas as ramificações da vida nacional, política e religiosa, das classes conservadoras e do proletariado, entre as profissões liberais, nos quadros administrativos e das forças armadas, e no meio intelectual, há homens e mulheres sinceros, probos e de moral liba-

da, que não se conformam com o espírito reacionário e a decadência moral ambiente, e constituem preciosa reserva da Nação, penhor de sua sobrevivência.

A Confederação Evangélica do Brasil, em nome do Evangelismo brasileiro, pede à atenção do Governo e do povo para os graves problemas que nos assolam, sintomáticos da decadência nacional, expressando nesta oportunidade, e a seguir, o seu pensamento sobre algumas dessas questões.

I — Liberdade de consciência e de culto

A luta pela liberdade de consciência tem sido, em todos os tempos, a mais árdua e incoercível, pois, sem o direito de o indivíduo fazer, dentro da moral e das leis justas, o que do seu interior emana, esplende e se torna imperioso, sem esse direito recuaríamos, no tempo, para as épocas mais bárbaras. A aspiração de liberdade é, sem dúvida, a mais sadia de todas as aspirações do coração humano. É um direito inalienável do homem.

A liberdade de consciência não é graça concedida por um poder civil ou eclesiástico; é, sim, dávida do próprio Criador que, na sua soberania e generosidade, criou o homem com essa aspiração. Assim a liberdade se torna imprescindível a um clima em que se desenvolva e floresça a vida e, portanto, cumpre aos poderes constituídos velar para que esse direito natural do homem não seja desconhecido ou cerceado.

Em nossa referência à liberdade não tem por mira única e simplesmente o direito de reunião, para a prática de um culto determinado, mas também o direito de difundir idéias e experiências religiosas, dentro dos altos postulados dos Direitos do Homem, elaborados pelas Nações Unidas, em cujo seio o Brasil ocupa justa e honrosa posição. Com o apóstolo Pedro dizemos: "Não podemos deixar de falar de que temos visto e ouvido" (Atos 4:20).

Só Deus é Senhor da consciência do crente e Ele a deixou livre das doutrinas e mandamentos humanos quando, sob qualquer aspecto, sejam contrários a sua Santa Palavra. Entretanto, todo aquele que, sob o pretexto de liberdade, comete qualquer pecado ou tolera qualquer concupiscência, destrói, por isso mesmo, o fim da própria liberdade, que é a glória e a honra de nosso Deus e Pai celestial.

F290 26/6/62

A fim de que um povo goze de ampla liberdade de consciência e de culto, são absolutamente imprescindíveis os seguintes princípios:

a) plena liberdade de todos os cidadãos se associarem, se reunirem, e expressarem seus pensamentos pela imprensa, pela tribuna e pelo rádio, dentro da ordem, da moral e da lei;

b) absoluta separação entre a Igreja e o Estado;

c) igualdade de todos os cultos perante a lei;

d) laicidade do ensino em todas as escolas oficiais, de modo que qualquer permissão de instrução religiosa não interfira com este princípio;

e) nenhuma intromissão de atos religiosos nas solenidades cívicas oficiais, a fim de se evitar coação ou constrangimento;

f) nenhuma distinção entre brasileiros, ou mesmo entre estrangeiros radicados no país, em virtude de maioria de adeptos por parte de qualquer religião, visto que todas as confissões religiosas (cultos), são iguais perante a lei e funcionam dentro do direito comum, que não reconhece maiorias nem minorias em matéria religiosa.

A liberdade religiosa, decorrente do espírito de justiça, é sabiamente assegurada em nossa Carta Magna, que declara: "É inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariem a ordem pública ou os bons costumes" (artigo 141, § 7.º) e constitui o segredo da fortaleza moral das nações. A diversidade de crenças é perfeitamente compatível com a unidade nacional. Haja vista a pequena, porém valorosa Suíça, os EE. UU. da América e o liberal Império britânico.

A "Declaração Universal dos Direitos do Homem" que teve o apoio e a assinatura de 58 nações, inclusive do Brasil, declaração proclamada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, no seu artigo 18, estabelece:

"Todo indivíduo tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou credo, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela realização de ritos isolada ou coletivamente, em público ou em particular."

Louvemos a Deus porque a nossa Pátria faz parte do concerto das nações que se prezam de assegurar a

liberdade de consciência aos seus filhos.

II — A posição do Evangelismo brasileiro em face das ideologias políticas e o seu apoio aos postulados da Democracia.

As Igrejas Evangélicas atuam em todas as nações do mundo em cumprimento da ordem de divino Mestre — Jesus Cristo: "Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura" (S. Marcos 16:15). O fim principal da Igreja de Cristo é, pois, a conversão dos pecadores pela pregação do Evangelho, em respeito ao que afirmou claramente Nosso Senhor mesmo, em sua oração intercessória, quando disse: "Assim como tu me enviaste ao mundo, também eu os envio (fazendo referência aos seus discípulos) ao mundo" (S. João 17:18). A Igreja foi instituída por Cristo e é mantida para levar avante a obra que o trouxe ao mundo. "O Filho do homem (Cristo Jesus) veio buscar e salvar o que se havia perdido" (S. Lucas 19:10). O principal empenho da Igreja deve ser, de igual modo, a glória de Deus e a salvação das almas.

As Igrejas Evangélicas, seguidoras fiéis das doutrinas de Cristo, não se imiscuem nas injunções políticas, mas, em elevado plano, dão ênfase aos altos e sublimes aspectos espirituais, como fundamento para a solução de todos os problemas humanos: "Suscai, pois, em primeiro lugar o Reino de Deus e a sua justiça, e todas as outras coisas vos serão acrescentadas" (S. Mateus 6:33). As nossas Igrejas lutam pela implantação de um reino espiritual, o Reino de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, preparando o homem para servir a Deus, à família, à Pátria e à humanidade.

O Evangelismo, portanto, não tem nenhum partido político e não procura formar a personalidade dos seus elementos para servir a esta ou aquela ideologia partidária. O seu apoio porém, aos postulados da democracia é consequência natural dos princípios cristãos, que o levam a condenar:

a) todo e qualquer atentado contra a expansão livre do indivíduo, dentro da lei;

b) qualquer restrição à liberdade de consciência, de crítica, de culto e de imprensa, quando esta liberdade é exercida dentro da lei e da moral cristã;

c) violação do direito de propriedade;

d) desrespeito às bases sagradas da família;

e) tentativa de apossar-se do poder pela violência;

f) exigência de juramento incondicional, o que é um atentado contra o princípio evangélico de livre exame, princípio que não só é um direito, mas um dever da dignidade humana;

g) pregação de nacionalismo exaltado, que é uma deturpação do verdadeiro patriotismo e conduz fatalmente a um orgulho nacional insensato, preparando o caminho para o ódio entre as nações, a opressão e o imperialismo;

h) cultivo do ódio racial, que separa indivíduos e nações, contrariando a fraternidade cristã;

i) exploração abusiva da pessoa e do trabalho humano.

A solução que apontamos para o problema do governo é a harmonia entre a ordem e a liberdade: nem absolutismo, nem demagogia. A autoridade deixa de ser um fim para ser uma benção; e a obediência voluntária ao poder legítimo não é servilismo e, sim, submissão à própria vontade de Deus. E' por esta razão que os povos de maioria protestante se revelam capazes de constituir democracias viventes e estáveis, ou sejam governos em que a liberdade e a disciplina se harmonizam e se completam.

III — O respeito e apoio às autoridades constituídas e a contribuição do protestantismo para a formação da nacionalidade.

O respeito às autoridades constituídas e a contribuição do Evangelismo para a formação da nacionalidade terão evidência em face dos seus ensinamentos sobre os deveres do cidadão evangélico.

O Estado tem a sua base na família. A família é a "célula mater" da sociedade e, *ipso facto*, do Estado, pois este é formado por aquela comunidade de pessoas sujeitas ao mesmo governo civil. O seu campo, com respeito aos interesses e necessidades da natureza humana, é o mesmo. Sendo assim, os deveres do cidadão para com a Pátria são análogos aqueles que ele tem em relação à família.

O primeiro dever do membro da família é o amor ao lar e lealdade aos interesses do mesmo. Assim por analogia, um dos primordiais deveres do cidadão é o amor à sua terra e ao

seu povo, isto é, lealdade e patriotismo.

Patriotismo é o sentimento de amor para com a Pátria; regosijo, alegria em sua prosperidade; tristeza, pesar pelos seus pecados, pelas suas ruínas morais, espirituais e materiais.

Há quem condene o sentimento patriótico, afirmando que patriotismo é uma estúpida doutrina sentimento estreito, fonte de muitas intrigas e lutas entre os homens. Há, na verdade, um falso tipo de patriotismo o qual nos leva a identificar o amor ao nosso país com o ódio em relação aos outros povos. Esta forma de patriotismo seria pecado de inveja, inveja nacional, pelo progresso e prosperidade de outras nações e regosijo pela sua ruína e infúntio. Esta forma é, realmente, fonte de lutas guerras e desarmonia entre os povos! Patriotismo de tal jaez nós o condenamos. O sentimento, porém, de amor à Pátria, natural e instintivo no homem, não é incompatível com o desejo cristão pela prosperidade e bem estar de todos os povos. Tal patriotismo enobrece e dignifica. O cidadão evangélico aprende, pois, a amar a sua Pátria e a respeitar a todos os povos da terra!

Outro dever do membro da família é o de obediência. Na família onde não há obediência não há estabilidade. O cidadão, por sua vez, deve obediência aqueles que estão constituídos em governo. Deixemos aqui falar o grande servo de Deus, o apóstolo Paulo: "Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. De modo que aquele que se opõe à autoridade, resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação. Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e, sim, quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela; visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal. E' necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência. Por esse motivo também pagais impostos: porque são ministros de Deus atendendo consantemente a este serviço. Pagai a todos o que lhes é devido;

a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra" (Romanos 13:1-7).

Em face do ensino apostólico, é dever do povo de Deus orar pelos representantes do poder público, honrar as suas pessoas, obedecer às suas ordens legais e sujeitar-se a sua autoridade, bem como pagar os impostos devidos ao Estado, e tudo isto por amor à sua consciência.

Outra responsabilidade dos que integram a família, que também constitui dever do cidadão para com a Pátria, é a prestação de serviço. No lar, cumpre a cada membro da família realizar a sua missão, atender aos seus deveres, pois, do contrário, a ruína desse lar será inevitável. Para que haja prosperidade nacional é imprescindível que cada cidadão não fuja ao cumprimento de suas obrigações, à luz da consciência, esclarecida pelo Evangelho de Cristo.

A terra em que vivemos, berço dos nossos filhos é túmulo dos nossos maiores, é parte do nosso patrimônio e objeto dos nossos sentimentos afetivos. Ainda que transitória a vida terrena, são profundos os laços que prendem o cidadão à Pátria, assegurando-lhe direitos e inspirando-lhe deveres cívicos, que tornam inalienáveis os seguintes postulados:

a) poder representativo e respeito à soberania popular, democraticamente assegurada pelas urnas, em pleitos livres;

b) acato, respeito e apoio aos governantes e, em geral, aos homens de responsabilidade pública;

c) contribuição por parte dos governantes e dos governados, cada um nos limites de seus dons e na proporção dos seus recursos e oportunidades, para a grandeza cívica, econômica e moral da Pátria.

d) Afirmação do princípio de, que o bem estar da coletividade deve sempre ter preferência sobre os interesses particulares, de grupos, de regiões ou de indivíduos.

Com esta orientação sadia e cristã, o Evangelismo brasileiro concorre para implantar o respeito as autoridades constituídas, emprestando apoio às suas iniciativas de interesse geral e contribuindo, eficientemente, para a formação da unidade nacional.

IV — Condenação das discriminações raciais e religiosas

A questão racial merece de nós algumas observações, embora não seja problema grave para o povo brasileiro, já livre, em grande parte, do preconceito de raças.

O pensamento de nosso Senhor, seus atos e os ensinamentos de seus apóstolos levam-nos a romper as fronteiras que separam as raças, pois a paternidade de Deus e o caráter sagrado da pessoa humana são verdades vitais, que as comunidades cristãs devem pôr em prática em todas as relações da vida.

No terreno religioso há, entretanto, frequentes tentativas de discriminação, o que é profundamente lastimável. Desonram uma das páginas mais brilhantes da história brasileira os hierarcas eclesiais modernos, que levantam a sua voz lançando essa discriminação em nossa terra. A recente conferência de bispos, realizada em Belém do Pará, resolveu, segundo largamente divulgado pela imprensa, envidar esforços para que não mais sejam admitidos imigrantes protestantes no Brasil, contrariando, assim, de público, a Carta dos Direitos do Homem, uma das maiores conquistas de nossos dias, sob a égide da Organização das Nações Unidas. É evidente que não defendemos a admissão indiscriminada de imigrantes no Brasil. A ideologia social dos que pretendem radicar-se em nosso meio, a sua sanidade mental e moral, a sua capacidade de trabalho e de produção, o que compreende uma instrução mínima, a sua operosidade e produtividade econômica, são valores e qualidades que não podem ser esquecidos.

Entretanto, a mais odiosa das discriminações, a discriminação religiosa, não pode ser fiel da balança migratória. O Evangelismo brasileiro, confiante, como sempre, no alto discernimento das autoridades brasileiras, alimenta a firme esperança de que tão retrógrada proposição jamais venha a ter guarida na vida brasileira.

O espírito que deve reinar em todas as relações humanas é o que nos obriga a "levar as cargas uns dos outros", cumprindo-se, assim, a lei de Cristo. Todas as distinções entre os seres humanos, por motivo depois, uma negação dos ensinamentos de Jesus.

V — A Questão Social

O Evangelismo exerce a sua influência na questão social, substancialmente, pela formação de personalida-

des capazes de pôr em prática o espírito e os princípios de Cristianismo. O Cristianismo Evangelico, despertando a vida superior e o amor à perfeição, tem sido fator decisivo na solução dos problemas sociais.

Mais do que isto, o Evangelismo sempre focalizou os problemas desta ordem, procurando demonstrar que não basta, para solucioná-los, reter nas mãos o poder político e os meios materiais, esquecendo-se o fundamento espiritual.

O Evangelismo está atento aos problemas da civilização moderna perseverando no seu esforço de aliviar o sofrimento e alertar a opinião pública contra os erros cometidos, visando atingir as fontes donde surgem a corrupção e a miséria.

O Apóstolo Paulo afirmou, categoricamente, que o "amor do dinheiro é a raiz de todos os males". A universalidade desta afirmação tem sido comprovada através dos séculos. É assim que muitas fortunas são adquiridas pelo esbulho dos trabalhadores, e pela exploração do suor alheio, contrariando os ensinamentos de Cristo. Saltam à evidência os preços extorsivos, os artigos falsificados, o açambarcamento de gêneros de primeira necessidade. Ninguém pode ignorar o aumento impressionante do custo da vida, a par dos lucros excessivos verificados nos últimos anos, exatamente quando se exigem os mais tremendos sacrifícios para libertar o mundo das garras de um sistema político-econômico que transforma os indivíduos em máquinas ou escravos.

O passo inicial para a solução dos graves problemas sociais é a colocação do dinheiro no seu devido lugar, ou seja, o dinheiro como instrumento digno e não como fim em si mesmo.

Na ansia de acumular tesouros aqui na terra, "onde a traça tudo consome e onde os ladrões minam e roubam", é que muitos impõem preços elevados, negam o justo salário aos operários, sonham impostos, desrespeitam as leis destinadas a harmonizar os interesses de toda as classes e sacrificam os puros sentimentos de patriotismo, de religião e de solidariedade humana.

Se o amor do dinheiro é a raiz de todos os males, o seu emprego inteligente no serviço da fraternidade universal contribuirá, certamente, para a feliz harmonia da sociedade e para a honra e a glória de Deus.

O Cristianismo não condena à economia privada nem a propriedade particular, contanto que sejam frutos

do rendimento justo do trabalho e obtidas sem a exploração do trabalhador. Condena, porém, dentro e fora dos seus arraiais, a ambição desordenada, a idolatria do ouro, as fortunas empregadas exclusivamente para o bem estar de seus possuidores, sem a preocupação do bem comum. Condena, ainda, a conservação, sem proveito, de bens, como a posse de terras não utilizadas pelos seus donos.

Na questão social, o Evangelismo pugnará sempre pelos seguintes princípios:

a) liberdade para o desenvolvimento dos dons e capacidades pessoais;

b) direito do trabalhador a um salário suficiente para prover a todas as exigências da vida, como sejam: moradia decente, alimentação, tratamento da saúde, educação dos filhos e recreação;

c) horário razoável de trabalho;

d) férias regulamentares;

e) estabilidade e aposentadoria.

A esses direitos correspondem responsabilidades do empregado para com o seu empregador, entre os quais se poderão destacar o seu próprio aperfeiçoamento na obra que lhe é confiada, esforço honesto em favor do desenvolvimento da indústria ou do ramo de atividades a que se dedicou e cooperação com o empregados para a promoção do bem comum e da grandeza da Pátria.

A Constituição da República, em seu título V, "Da Ordem Econômica e Social", nos arts. 145, 147, 148, 154 e 157, estabelece as bases de uma sociedade, em que predominem os princípios de justiça e solidariedade humanas.

Mas importa fazer vigorar esses princípios, dar-lhes vida e eficácia em nosso meio social. Para atingir-se esse objetivo, não basta a simples regulamentação legal, não serão suficientes as regras estabelecidas em leis complementares à Constituição. Sem a consciência nacional esclarecida e impregnada dos ideais de igualdade, compreensão e renúncia entre os homens, pouco se conseguirá com a sua simples expressão em normas jurídicas e a sua aplicação fria pelos agentes do poder público.

Para a formação dessa consciência nacional, poderão os evangélicos concorrer extensa e profundamente, pois a vida do crente deve ser uma realização constante daqueles ideais, pelo exemplo, pela palavra, pela pregação.

Integrados na vida nacional, cumpridores dos seus deveres para com a Pátria e para com os seus contemporâneos, têm os cristãos evangélicos consciência de que a Religião Cristã não só lhes inspira o mais acrisolado e eficiente idealismo, como lhes infunde no coração profundo sentimento de respeito mútuo e de solidariedade humana.

VI — O Casamento e o Divórcio

O matrimônio é um direito natural, um estado voluntário, santo e honroso, instituído por Deus mesmo, logo após a criação do homem, visando ao auxílio, ao conforto, e ao bem estar mútuos de marido e mulher, à propagação da raça humana mediante sucessão legítima, à perpetuação do Reino de Deus através da prole honesta dos crentes fiéis, bem como para impedir a dissolução dos costumes e para consolidar o convívio das criaturas racionais em condigna e bem ordenada comunidade social. O matrimônio, assim instituído, foi confirmado por nosso Senhor Jesus Cristo no regime cristão, não só quando fez o seu primeiro nas bodas de Caná da Galiléia (S. João 2:1-11), como pelo seu ensino explícito em S. Mateus 19:4-6: "Não tendes lião que o Criador desde o princípio os fez home e mulher, e disse: Por esta razão o homem deixará seu pai e sua mãe e se unirá à sua mulher, e os dois se tornarão uma só carne? Assim, já não são dois, mas uma só carne. Portanto, o que Deus uniu, não o separe o homem".

A todos quantos são capazes e idôneos para deliberar com critério, é lícito casar, sendo dever dos cristãos fiéis casar de acôrdo com as prescrições estabelecidas pelo Senhor na Palavra divina. Não é lícito ao homem ter mais de uma esposa, nem a esta ter mais de um marido, ao mesmo tempo. O Evangelismo condena a união matrimonial de pessoas entre as quais existem os grãos de consanguinidade e afinidade proibidos na Escritura.

Sendo o matrimônio um direito natural, não é instituição exclusivamente para os cristãos, nem é sacramento; mas, sendo de origem divina, é instituição honrosa, santa e abençoada. Assim, é direito de qualquer nação organizada estabelecer leis que regulem o contrato civil do casamento, para a estabilidade, a decência e o bem da comunidade, sendo dever de todo cidadão acatá-las, desde que não firam a pureza do Evangelho. Aos

ministros do Evangelho só é lícito invocar a bênção de Deus, sobre nubentes, ou casados, quando cumpridas as exigências estabelecidas nas leis do país.

De acôrdo com o propósito divino, explicitamente revelado, a união matrimonial, digna e legítima, firma entre as partes um vínculo permanente e indissolúvel. Esse laço, entretanto, poderá, excepcionalmente, ser dissolvido, no caso de adultério, ficando a parte inocente, e só esta, com o direito de propor divórcio legal e, obtido este, casar como outrém.

Tal ensino está explícito nos seguintes textos do Evangelho de Jesus: "Também foi dito: 'Quem repudiar sua mulher, dê-lhe carta de divórcio. Eu, porém, vos digo que todo o que repudia sua mulher, a não ser por causa de infidelidade, a faz ser adúltera; e qualquer que se casar com a repudiada, comete adultério'" (S. Mateus 5:31-32). "Vieram a êle alguns fariseus, e o experimentaram, perguntando: 'É lícito a um homem repudiar sua mulher por qualquer causa?' — Respondeu Jesus: 'Não tendes lião que o Criador desde o princípio os fez homem e mulher e disse: Por esta razão o homem deixará seu pai e sua mãe e se unirá à sua mulher, e os dois se tornarão uma só carne? Assim já não são dois, mas uma só carne. Portanto, o que Deus uniu, não separa o homem. Replicaram-lhe: Por que, então, mandou Moisés dar carta de divórcio e repudiar a mulher?' Respondeu Jesus: Por causa da dureza do vosso coração é que Moisés vos permitiu repudiar vossas mulheres, mas não foi assim desde o princípio. Eu vos digo que aquêle que repudiar sua mulher, exceto por infidelidade, e casar com outra, comete adultério" (S. Mat. 19:3-9).

Há situações que conduzem, por vezes, à quebra dos laços matrimoniais, pela infidelidade, como sejam: o abandono do lar e a vida desregrada.

Adotar, entretanto, em nosso meio, uma lei ampla do divórcio, poderá ser de graves conseqüências sociais, pelas ilações que se poderão tirar de um texto flexível, ou muito amplo. Outras terras estão vendo a base da família grandemente ameaçada pelas facilidades do divórcio. Devemos ficar de sobreaviso, para se evitar, porventura, que males maiores nos alcancem.

Estabelecido que foi, em nossa Constituição, o princípio da indissolubilidade do vínculo conjugal, cumpre-nos

acatá-lo e observá-lo; é-nos lícito, entretanto, pleitear uma reforma do texto constitucional, que, deixando à lei ordinária a disciplinação do instituto, torne possível o divórcio no caso de infidelidade, como o permite a Escritura Sagrada.

A solução pronta e eficaz: Cristo e seu Evangelho

Apontando os grandes males que atingem à nossa nacionalidade, como acabamos de fazer, e declarando, em cada caso, a posição do Evangelismo brasileiro, já deixamos entrever a solução para todos os problemas que afligem a vida de nossa Pátria: volta sincera para Deus, com todas as conseqüências que essa nova atitude espiritual deve trazer, — primado bem compreendido do espírito sobre a matéria, — reconhecimento da soberania universal de Jesus Cristo, tal como se revela nas Escrituras Sagradas.

Não são três atitudes paralelas, nem mesmo convergentes, mas uma só atitude, apreciada de ângulos diversos.

Volta sincera para Deus importa reconhecer uma autoridade espiritual, que nos guia e nos protege, como um Pai ao mesmo tempo amoroso e justo. Afastar o verdadeiro Deus-Pai da solução dos problemas humanos implica em criar, automaticamente, outros deuses para a humanidade, a que esta deve servir incondicionalmente, sejam ideologias sociais ou políticas, líderes populares, ou organizações meramente humanas. A busca e aceitação de Deus, como nosso Pai e Guia, significa a aceitação dos seus princípios para a nossa vida e a renúncia de tudo aquilo que contrariar as suas leis sábias e perfeitas, registradas na sua Palavra, as Escrituras Sagradas.

Esta volta para Deus trás necessariamente a conseqüência magnífica do estabelecimento do primado do espírito sobre a matéria. Os que negam a existência do espírito, ou os que o admitem apenas como simples manifestação externa da própria matéria viva, mergulham rapidamente nas conseqüências funestas da moral utilitária, ou de uma vida hedonista que busca apenas o bem-estar material do indivíduo. Tal hedonismo será tanto mais grave, mais corruptor, mais pestífero, moralmente falando, quanto maior for o progresso material do conforto que a civilização tem trazido. Já quando se estabelece o primado do espírito sobre a matéria, quando o espírito tende a

governar as paixões subalternas a que o corpo quer entregar-se, tem-se uma feliz elevação da vida ético-social, que faz o homem utilizar-se do progresso somente enquanto este serve o bem coletivo, somente quando as conquistas científicas forem uma força construtiva que aproxime indivíduos e nações. Este primado do espírito corresponde à formação do Ideal na mente dos homens, tão necessário ao progresso efetivo e à segurança da nacionalidade. Se o materialismo aniquila o ideal, fazendo do indivíduo um ser eminentemente egoísta, a instalação de um nobre ideal no espírito humano leva-o aos atos mais generosos, embora mais difíceis, em que o indivíduo se nega a si mesmo, para servir ao próximo, à família, à comunidade e a Deus.

A volta para Deus tem sentido definido e preciso: fazer que o homem, negando-se a si mesmo, e buscando para si um ideal que o faça servir generosamente a todos, encontre esse ideal na pessoa de Jesus Cristo, o Filho de Deus, "que veio ao mundo para buscar e salvar o que se havia perdido".

A aceitação de Jesus Cristo, para resolver os problemas que apontamos, não consiste apenas na admissão intelectual da sua existência ou da verdade incontestável da sua doutrina. Aceitar Jesus Cristo importa a admissão destes fatos se o estabelecimento de laços vivos e pessoais com êle, como adiante expomos.

Ao deixar o mundo, para ser assunto aos céus, Jesus prometeu aos seus discípulos: "Eis que estou convosco, todos os dias, até à consumação dos séculos". Esta presença não será, jámais, a sua figura em altares ou em símbolos religiosos, mas é viva, pessoal, inspiradora, constante no coração de cada discípulo, em todas as épocas, e em todas as circunstâncias.

A fé, esclarecida pela leitura diária das Escrituras Sagradas, constituirá o vínculo espiritual que unirá cada discípulo ao seu Senhor e Salvador. No Evangelho segundo S. João, cap. 16, versículo 5, lêem-se as seguintes palavras de Jesus: "Eu sou a videira, vós os ramos. Quem permanece em mim e eu, nêle, êsse dá muito fruto; porque sem mim nada podeis fazer". Esta união, vital, com Jesus Cristo produz a modificação do caráter do discípulo, que assim vai vencendo as más tendências da sua natureza humana, o seu egoísmo, os seus vícios e assimi-

lando cada vez mais as virtudes de Jesus Cristo, com quem está vitalmente ligado.

Esta transformação radical da personalidade, operada pelo poder de Jesus Cristo, tem, na Escritura, o nome de "novo nascimento" (S. João 3:3-7), e que é da grande revolução espiritual, o grande milagre que a Pátria espera, para ver respeitados, pelo caráter dos seus filhos, os grandes problemas de toda a nacionalidade.

A submissão da vontade pessoal à Divina Vontade não tira a liberdade individual, que é o glorioso apanágio da criação do homem à imagem e semelhança de Deus. Se a aceitação de Cristo e seu Evangelho é feita livre e espontaneamente, pela decisão individual de cada discípulo, nada se perde da liberdade pessoal. Com isto apenas se renuncia à prática do mal e se reafirma a plena liberdade para a prática de todas as ações boas, de que o país precisa.

O Evangelismo pátrio, ao lançar o presente Manifesto à Nação, brasileira, o faz no profunda convicção, resultante da lição da História, e de sua própria experiência de cerca de um século na vida nacional, de que a solução dos problemas atuais, que atigem a Pátria, inclusive a crise de caráter, está unicamente em Cristo e no seu Evangelho.

Pela Confederação Evangélica do Brasil. — Antonio Raggio, Presidente. — Rodolfo Anders, Secretário Geral. — Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1954".

O SR. RUI RAMOS — A manifestação do Evangelismo brasileiro, embora sintética, está dividida em sete itens. Começa reafirmando a integração do povo evangélico na vida e no destino do Brasil e o seu interesse pelos problemas sociais, morais, econômicos e políticos da Nação.

Encarece os aspectos de gravidade do panorama nacional e internacional. Aborda o problema da liberdade de consciência e de culto, para alertar o Governo e o povo sobre certas formas e manifestações reacionárias, contra esses direitos fundamentais do cidadão.

Comenta os princípios que orientaram a elaboração da nossa Carta Magna e o seu art. 141 § 7 que consagra a inviolabilidade da liberdade de consciência, de crença e de culto.

Mostra o aprimoramento cada vez maior desse direito básico, inscrito na "Declaração Universal dos Direitos do Homem", conforme proclamação feita na Assembléia Geral da ONU, com a adesão e assinatura de 38 países, inclusive o Brasil. Diz o art. 18 daquele documento: "Todo indivíduo tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou credo, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela realização de ritos isolada ou coletivamente, em público ou em particular".

Esta declaração das Nações democráticas não só assegura a liberdade de permanecer na tradição de uma crença, como também a de abandonar, pela experiência pessoal, para formas mais altas do culto de Deus.

O Manifesto situa as forças evangélicas brasileiras em face do regime democrático e resume nos seguintes termos a posição das mesmas face à vida política da Nação:

"O Evangelismo não tem nenhum partido político e não procura formar a personalidade dos seus elementos para servir a esta ou aquela ideologia partidária. O seu apoio, porém, aos postulados da democracia é consequência natural dos princípios cristãos, que o levam a condenar:

a) Todo e qualquer atentado contra a expansão livre do indivíduo, dentro da lei;

b) qualquer restrição à liberdade de consciência, de crítica, de culto e de imprensa, quando esta liberdade é exercida dentro da lei e da moral cristã;

c) violação do direito de propriedade;

d) desrespeito às bases sagradas da família;

e) tentativa de apossar-se do poder pela violência;

f) exigência de juramento incondicional, o que é um atentado contra o princípio evangélico do livre exame, princípio que não é só um direito, mas um dever da dignidade humana;

g) pregação de nacionalismo exaltado, que é uma deturpação do verdadeiro patriotismo e conduz fatalmente a um orgulho insensato, preparando o caminho para o ódio entre as nações, a opressão e o imperialismo;

h) cultivo do ódio racial, que separa indivíduos e nações, contrariando a fraternidade cristã;

i) exploração abusiva da pessoa e do trabalho humano.

"A solução que apontamos para o problema do governo e a harmonia entre a ordem e a liberdade; nem absolutismo, nem demagogia. A autoridade deixa de ser um peso para ser uma benção; e a obediência voluntária ao poder legítimo não é servilismo e, sim, submissão à própria vontade de Deus. E' por esta razão que os povos de maioria protestante se revelam capazes de constituir democracias viventes e estáveis, ou sejam governos em que a liberdade e a disciplina se harmonizam e se completam".

O documento, a seguir, reafirma o respeito do povo evangélico às autoridades legalmente constituídas, e o dever de cooperação pelo voto livre, pelo trabalho e pelo tributo.

Condena formalmente as discriminações raciais e religiosas, especialmente no que diz respeito ao problema da imigração.

Mostra que os critérios orientadores da seleção do imigrante devem ser o da capacidade de trabalho e produção, a sanidade mental e moral, o grau de instrução, a operosidade econômica, a ideologia social e democrática. Mas nunca "a mais odiosa das discriminações: a discriminação religiosa, que não pode ser fiel da balança imigratória".

Relativamente à "questão social" no Brasil, que não tem qualquer novidade aos princípios do Evangelismo, oferece as soluções cristãs, que si ainda não deram remédio definitivo aos males e injustiças da sociedade, e porque jamais se exercitaram na sua verdade ou na sua plenitude.

Aborda ainda a questão do Divorcio para conceituá-la face às sagradas escrituras e definir as condições em que será lícito adotar a dissolução do vínculo do matrimônio. Finalmente, como solução prática e eficaz aos dramas contemporâneos, sugere a transformação do homem pelas doutrinas e experiências do Cristo, como base da transformação da coletividade.

Afirma que a revolução espiritual do novo nascimento criaria no Brasil o milagre da grande Pátria que se espera.

E' nosso propósito, nesta oportunidade, tecer alguns comentários sobre o crescente valor do pensamento evangélico no Brasil.

Essa corrente de opinião é representada hoje por 2.000.000 de brasileiros, que, pela educação e pela experiência

espiritual, romperam com uma tradição e resolveram tomar uma atitude.

Só nesta Capital, o elemento evangélico dispõe de 100.000 membros efetivos e congregados. A influência protestante se tem manifestado entre nós, neste último século, de maneira positiva e salutar.

A doutrina evangélica dá especial realce às Sagradas Escrituras, como o maior instrumento da conversão espiritual do homem. Por não considerar fundamentais os dogmas, permite e estimula o livre exame e a livre interpretação bíblica.

Para que a pessoa possa ler, pensar e interpretar, o Evangelismo estabelece e erige a Escola como um dos instrumentos do seu culto. Dentro de sua orientação, a Escola, que valoriza o ser humano, é uma forma exterior de Culto.

Embora existam ainda na população brasileira 56% de analfabetos, essa triste percentagem se reduz a apenas 10% entre os membros das Igrejas protestantes.

O esforço civilizador e a cooperação patriótica do Evangelismo no Brasil tem sido reconhecidos e proclamados por inúmeros autores leigos e pelo próprio Governo do País. Em sua obra "A Cultura Brasileira", o eminente Prof. Fernando de Azevedo, dá a sua informação e o seu testemunho sobre a benemerência dos Colégios criados e mantidos pelas Igrejas Evangélicas. Diz o ilustre educador: "As escolas americanas introduzidas no país, nos primórdios da República e em época em que a instrução no país ainda se achava em grande atraso, contribuíram notavelmente em São Paulo, não só para a mudança de método mas para a intensificação do ensino".

"Fundam os protestantes grandes colégios, como o Mackenzie, em São Paulo, o Instituto Granbery, em Juiz de Fora, o Instituto Gammonn, em Lavras, Minas Gerais, e os Ginásios Evangélicos da Bahia e de Pernambuco; incentivam a literatura didática que se enriquece com trabalhos de primeira ordem, no seu tempo, como as gramáticas de Júlio Ribeiro e de Eduardo Carlos Pereira, a aritmética e a Álgebra de Antônio Trajano, as obras de Othoniel Mota e os livros de leitura de Erasmo Braga. Colaboram eficazmente na difusão do ensino popular, pelo sistema de Escolas Dominicais..." (Pag. 143).

O Colégio Mackenzie, a que fez referência o eminente Professor Fernando de Azevedo, é hoje a Universidade Mackenzie de São Paulo, que começou numa Escola Primária de 3 alunos, na sala de jantar do casal missionário Chamberlain. Uma das crianças era negra, outra católica, outra evangélica. Assim, sem discriminações, começou a futura Universidade. Além dela, contam os evangélicos com mais 60 grandes colégios de ensino secundário, com uma matrícula da ordem de 50.000 alunos. Entre esses estabelecimentos de ensino figuram alguns de grande tradição e prestígio, como o Granbery, em Minas Gerais, o Piracicabano, em São Paulo, o Benet, nesta Capital, o Instituto União, o Instituto Pôrto Alegre, o Instituto Passo Fundo, o Cruzeiro do Sul, o Americano, o Centenário, todos no Rio Grande do Sul; o Colégio Batista no Rio de Janeiro e vários outros, de pura iniciativa privada da Igreja, com matrícula superior a 1.000 alunos, cada um.

As escolas primárias espalham-se hoje por todos os Estados e Territórios, além de Cursos supletivos para adolescentes e adultos, mantidos sob os auspícios da Confederação Evangélica do Brasil, num combate sistemático ao analfabetismo.

Os Colégios evangélicos não praticam proselitismo sectista, que atente contra a liberdade da juventude ou erie coação ao pensamento.

Tenho em mão um prospecto do "Colégio Americano" de Pôrto Alegre, a nossa mais perfeita escola para moças naquele Estado, em que se lê a seguinte advertência:

"RELIGIAO — O Colégio Americano nunca foi nem pretende ser uma escola setarista. Os seus fundadores, porém, reconhecendo que os ensinamentos das Escrituras Sagradas constituem o mais sólido fundamento para a formação do caráter, adotaram esse sublime livro — a Bíblia — como parte integrante do curso de instrução. Além das aulas de História Sagrada, fazem parte da vida escolar programas religiosos, conferências por pessoas consagradas, cultos e coros sacros. Todas as alunas participam das atividades religiosas realizadas no colégio, mas a ninguém se insinua e muito menos se obriga, a que abraçe o sistema religioso de seus fundado-

res e diretores, pois cremos que as convicções religiosas, para que tenham valor, devem ser livres e espontâneas".

Avisos e advertências semelhantes constam nos prospectos e regulamentos de todos os demais colégios evangélicos.

O Sr. Lauro Cruz — Permite V. Ex.ª um aparte ?

O SR. RUY RAMOS — Com grande prazer.

O Sr. Lauro Cruz — Há poucos meses tive oportunidade, nesta Câmara, de proferir longo discurso relativamente à obra do Instituto Mackenzie, em São Paulo. É uma organização nos moldes daquela que V. Ex.ª acaba de descrever; não faz proselitismo. A maioria dos seus alunos não é evangélica; a maioria dos seus professores não é evangélica. Há toda liberdade religiosa dentro do estabelecimento, embora mantendo-se as tradições de Instituto Educacional Evangélico.

O SR. RUY RAMOS — Muito obrigado.

Os líderes nacionais do pensamento cristão evangélico no Brasil têm consagrado uma grande parte do seu tempo e dos seus talentos à difusão da cultura.

Veríssimo e Lourenço de Souza, publicaram, nesse sentido, "Pontos de Nossa História", uma obra popular de larga divulgação, adotada por muito tempo nas Escolas Públicas.

Eduardo Carlos Pereira, com sua "Gramática Expositiva", Júlio Ribeiro e Othoniel Mota, em publicações congêneres, são outros autores evangélicos de grande conceito no País. Erasmo Braga foi autor da Série Braga, de leitura, também adotada oficialmente nas escolas públicas de vários Estados e traduzida em diversas línguas, até em japonês.

Os estudos da língua portuguesa, do professor Jerônimo Gueiros, os trabalhos de História do Prof. Vicente Themudo Lessa, os livros didáticos de Filosofia e Lógica do Deputado Dery de Azevedo Chaves, são outras tantas colaborações do pensamento evangélico ao progresso e à cultura do Brasil.

Já no passado e antes da República, o Pastor protestante Antonio Tra-

jano publicava as suas obras de Aritmética e Algebra, que foram adotadas oficialmente pela Princesa Izabel e por Benjamin Constant, na Escola Militar.

Todos estes foram os livros de cabeceira das gerações do Brasil neste último século, e muita gente ignora que se trata de uma contribuição do espirito evangélico.

Nos primeiros anos da República, José Carlos Rodrigues, eminente Diretor do "Jornal do Comércio", foi uma das bandeiras do evangelismo pátrio.

Figura de extraordinário interesse e reputação, como jornalista político, crítico de história, bibliógrafo, José Carlos Rodrigues, no Brasil, nos Estados Unidos, na Europa, serviu o nosso país e o seu desenvolvimento de maneira exemplar.

Amigo íntimo, confidente e colaborador do Barão do Rio Branco, mantendo com este correspondência assídua, foi sempre uma opinião autorizada e decisiva nas atitudes e decisões públicas e internacionais do imortal diplomata.

Durante a sua vida, manteve sempre no "Jornal do Comércio" uma seção evangélica, que lamentavelmente foi suprimida daquele órgão após o falecimento do notável jornalista.

O Sr. Teixeira Gueirós — Enquanto V. Ex.ª faz discurso notável, especialmente do ponto de vista da educação e da cultura, quero lembrar o trabalho interessante, de vasta erudição, do Professor Kenneth Grubbe, que, durante alguns anos, pertenceu à Embaixada Americana do Rio de Janeiro, seção de cultura. Trata-se de um grande linguista, ligado à Dominion Press, de Londres, que é a maior casa editora oficial de Londres, em que ele faz a publicação de várias obras suas, a respeito de línguas indígenas em toda a América tropical. Encontrei-o certa vez, em Belém do Pará, acompanhado de sua senhora. Ele se dirigia para as florestas da Amazônia e, voltando de lá, alquebrado, cansado, e igualmente sua senhora, também bastante doente, trazia relatório completo da língua de diversas tribos. E quando falo em Kenneth Grubbe, lembro a V. Ex.ª as tribos do Alto Xingu, e especialmente um homem que se dedica a esses estudos, missionário pro-

testante, que é o Sr. Harácio Baner, grande disciplinador de línguas indígenas nas florestas da Amazônia. Desculpe V. Ex.ª a extensão de meu aparte, mas queria trazer esta colaboração a V. Ex.ª.

O SR. RUI RAMOS — Foi realmente muito útil ao meu trabalho.

No vasto campo da assistência e do serviço social, o concurso das forças protestantes é hoje incalculável, traduzido em patronatos de menores, crèches, hospitais, escolas de enfermagem, orfanatos, asilos e obras de assistência aos índios em vários Estados.

Neste setor têm sido imensas e sublimes as consagrações pessoais, bastando referir, entre muitas, a da Senhora Eunice Weaver, na obra de combate à lepra.

O Ministro Ataúlfo de Paiva, ao decorar Dona Eunice, recentemente, por sua obra incançável no Brasil evangélico, chamou-a "consagrada estrêla de benemerência, através da qual pulsa um coração que ama a humanidade e exulta em servi-la".

O programa de "Honra ao Mérito" dirigido pela Rádio Nacional, homenageou e condecorou destacados vultos do Evangelismo brasileiro, ligados hoje pela sua exemplar atuação pública ao destino do nosso País. Entre estes poderemos citar o Dr. Vital Brasil, o Dr. Flaminio Fávero, Dona Eunice Weaver, Professor Othoniel Mota, Pastor José de Miranda Pinto, o cientista e botânico Frederico Carlos Hoene, Dona Helena Landahl, Dona Chiquinha Rodrigues e Dona Dolores Florentina de Sena e Silva.

A Igreja Evangélica do Brasil, antes de ser autônoma e totalmente dirigida pelos seus líderes nacionais, foi uma obra missionária dos evangélicos norte-americanos, que a menos de um século começaram entre nós a pregação das doutrinas evangélicas e a instalação de Escolas e Serviços culturais entre o nosso povo.

A conduta desses Missionários, a sua exemplar consagração à causa de Deus e do Povo, a sua integração por toda vida no destino do Brasil, fizeram deles nomes beneméritos do nosso progresso, hoje abençoados pelo Governo e pela Sociedade.

Em sua obra "Testes ABC", o eminente Professor Lourenço Filho estuda a contribuição educativa das Missionárias evangélicas Marcia Bronw, Martha Watts e Mary Bruce,

bem como das Senhoritas Newman, filhas de Missionários, Lourenço Filho as considera pioneiras da obra educativa moderna no País e introduzidas no Brasil dos métodos objetivos de aprendizagem. Informa o mesmo eminente Professor ter sido o Dr. Clifton Ayres Becker, Missionário batista, o responsável pela adoção do método de Testes no ensino nacional.

O Dr. Loren M. Reno, no Espírito Santo; Taylor, no Norte; Tarboux, no Centro; Kinsolving, no Sul, foram apóstolos consagrados à obra da educação brasileira.

William Waddell, Dr. Samuel Gammon, Dr. Benjamin Hunnicutt, Miss. Eva Louise Hyde, William Richard Schister, James Ellis, Mr. Moreland e muitas dezenas desses educadores Missionários consumiram a vida e a inteligência a serviço do Brasil e da educação da juventude.

A arquiteta, projetista e construtora Mary Sud Brown edificou em Belo Horizonte e Pôrto Alegre esses dois monumentos de arquitetura que são o Colégio Izabela Hendrix e o Colégio Americano.

Sarah Bennet deixou o seu nome ligado ao Colégio Benett desta Capital, que hoje serve de paradigma aos cursos intensivos de pedagogia ministrados anualmente pelo INEP, do Ministério da Educação e Cultura, conforme preferência do Professor Anizio Teixeira.

O aprêzo do Brasil pela dedicação desses servos de Deus, pode ser comprovado pelas inúmeras manifestações públicas que os consagraram.

O Bispo Dr. Tucker, membro da Igreja Metodista, Secretário da Sociedade Bíblica Americana, colaborador de Osvaldo Cruz, fundador do Instituto Central do Povo, nesta Capital, foi condecorado pelo Governo Brasileiro, com a comenda de "Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro do Sul".

Ao Dr. Hunnicutt, fundador da Escola Superior de Agricultura de Lavras e Diretor do Colégio Mackenzie, foi oferecida pelo nosso Governo a comenda de "Comendador da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul".

A missionária Eva Louise Hyde a de "Oficial da Ordem Nacional do Mérito".

Ao Dr. Gustavo Arnbrust, a de Comendador da "Ordem Nacional do

Mérito", como heróico batalhador contra o analfabetismo no Brasil.

A missionária Louise Best, notável educadora e Diretora do Colégio Centenário, de Santa Maria no Rio Grande do Sul, coube a homenagem do programa "Honra ao Mérito" da Rádio Nacional.

Miss Mary Anderson, Diretora do Colégio Americano de Pôrto Alegre, trabalhadora incansável da educação, não teve tempo de receber essas honrarias, porque no fim de um período letivo e exaustivo, no instante em que entregava diplomas às jovens brasileiras que havia formado, caiu, fulminada em pleno palco, como um lutador na arena.

O Serviço de Proteção aos Índios tem proclamado como instituições modelares as Missões Evangélicas entre os Índios Caiuás, em Dourado, na Amazônia e no Mato Grosso.

Quem visitar a bela cidade de Lavras, em Minas Gerais, encontrará ali, em plena Praça principal da mesma, a estátua do Dr. Samuel Gammon, fundador do Instituto Gammon daquela cidade que inclui a Escola Superior de Agricultura, que ainda recentemente mereceu subvenção especial desta Câmara, pelo seu serviço na formação de agrônomos e técnicos rurais.

O Sr. Teixeira Gueiros — V. Excelência referiu, há pouco, o trabalho desses missionários admiráveis, que se dedicam à obra dos indígenas em terras do Brasil. Quando dei um aparte a V. Ex.^a aludi ao trabalho do Dr. Reiss, de Kenney Grubeb, e ainda do Sr. Horácio Banner, grandes linguístas, que se dedicaram e se dedicam à tradução da língua dos indígenas para o vernáculo. Eles têm passado também para a língua das várias tribus muitos trechos das Sagradas Escrituras, especialmente do Novo Testamento. Atualmente, mora no Xingu Médio o Sr. Horácio Banner, que, em conexão com o Serviço de Proteção aos Índios, foi o primeiro que trouxe para a aldeia, lá, no vilarejo fronteirinho dos Índios, um núcleo de crianças, disciplinou-as, higienizou-as e preparou-as para a vida, entregando-as, depois, ao Serviço de Proteção aos Índios. Infelizmente, pessoa que o sucedeu no Serviço de Proteção aos Índios foi um homem que se comportou mal; não deu conta da incumbência de educar essas crianças que lhe foram entregues.

Este o aparte que queria dar a Vossa Excelência, a título de esclarecimento.

O SR. RUY RAMOS — Obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Lauro Cruz — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. RUY RAMOS — Pois não.

O Sr. Lauro Cruz — Também na Cidade de Dourados, no Estado de Mato Grosso, desenvolve a Igreja Evangélica esplêndido trabalho de assistência e proteção aos Índios. Iniciado por um casal de missionários americanos, o casal Maxwell atualmente está entregue a missionários brasileiros entre eles o Rev. Orlando Andrade e sua esposa Alaide Bonfim Andrade. Há pouco tempo tive oportunidade de ouvir do Serviço de Proteção aos Índios, nesta Capital, as mais lisongeiros referências a respeito dessa grande obra de assistência material, moral e espiritual que os evangélicos realizam em sua missão entre Índios Caiuás, em Dourados, no Estado de Mato Grosso.

O SR. RUY RAMOS — Muito obrigado.

O nome de Alvaro Reis foi consagrado em uma praça pública desta Capital.

O de Erasmo Braga figura numa das nossas Avenidas.

O de J. M. Lander, numa das ruas de Juiz de Fora. O de Carlota Kemper, missionária presbiteriana, considerada a mulher mais culta da América do Sul, no seu tempo, numa das ruas da cidade de Lavras. Marcia Bronw deu o seu nome a uma praça de São Paulo e a um Grupo Escolar daquela metrópole.

Dêsse modo e por esta enumeração, que seria infinita, a obra evangélica no Brasil e seus servidores estão gravados na memória e no culto das Gerações.

A influência do pensamento evangélico, transborda hoje do Brasil para contribuir na América e no Mundo.

Ainda recentemente foi eleito Bispo de uma das Regiões da América Latina, com séde em Buenos Ayres, incluindo Argentina, Uruguai, Perú, Columbia e Venezuela, o notável filó-

sofo, poeta e escritor brasileiro, o Pastor Dr. Santi Huberto Barbieri, membro da Academia de Letras do Estado do Rio Grande do Sul.

No último e memorável Congresso Mundial das Sociedades Metodistas de Senhores, realizado nos Estados Unidos, com Delegados de todas as Nações do Mundo Cristão, foi eleito Presidente da Confederação Mundial a notável Professora riograndense Dona Otília Chaves, uma consagrada líder da Igreja Metodista do Brasil.

Face a esta crescente influência mental e moral, no povo, na cultura, no Governo e até no Exterior, é de causarem surpresa e tristeza certas manifestações de incompreensão e intolerância, que surgem, de quando em quando, de onde menos se poderiam esperar. Nesta Casa do Congresso, por exemplo, foi proferido em fins de janeiro último, quando nos encontrávamos na Europa, um discurso pelo eminente Colega o Deputado Monseñor Arruda Câmara, que merece, já não digo uma resposta, porque esta já foi dada pela história como vimos, mas ao menos uma referência, como satisfação aos ofendidos.

O Sr. Lauro Cruz — Lamento profundamente que V. Ex.^a, que está falando em nome dos parlamentares evangélicos e do evangelismo nacional, tenha necessidade de subir a essa tribuna para abordar questões de controvérsia religiosa e afirmações que não estão de acôrdo com fatos verificados na vida nacional. Seria preferível, nobre Deputado, que os representantes das diferentes correntes religiosas vivessem em harmonia nesta Casa e colaborassem apreciando mutuamente as obras que elas realizam para o bem da Pátria evitando polémicas e debates inúteis no Congresso e no País. Mas V. Ex.^a deve contestar semelhantes afirmações, e trazer ao conhecimento da Câmara e da nação a valiosa contribuição da grei evangélica para o bem do país e o está fazendo de forma brilhante.

O SR. RUY RAMOS — Obrigado a V. Ex.^a.

Nesse discurso e a pretexto de homenagear o 3.º Centenário da Restauração de Pernambuco, o ilustre Deputado e Prelado aproveitou ou reaproveita a oportunidade para atacar o Evangelismo brasileiro.

Adverte a Nação contra dois graves perigos que a ameaçam — o Protestantismo e o Comunismo.

Contra o primeiro, reedita a velha argumentação da unidade da fé, da desagregação que pode ameaçar a independência da Pátria e abalar a democracia...

Em suma, o Protestantismo é posto no mesmo pé de igualdade do Comunismo, relativamente aos malefícios.

Com esse novo ataque às forças evangélicas brasileiras, o ilustre sacerdote, si quiz ofender ou menosprezar o Protestantismo, equiparando-o ao Comunismo, conseguiu apenas elogiar o Comunismo, comparando-o ao Protestantismo.

Grande parte do Povo brasileiro não sabe o que é o Comunismo repele-o como um mal, por intuição espontânea.

Mas todo Brasil já sabe o que é o que representa de bem e de progresso o Evangelismo nacional — escola de cultura, de honestidade, de respeito à família, de temperança, e de consagração aos altos valores morais da vida.

Ora, se Comunismo fôsse igual a Protestantismo, então aquêle seria um bem e, em vez de um perigo, poderia ser visto como uma solução desejável.

Para o Brasil atual, que já desperdiçou do fanatismo e da idolatria, perigo será dizer que o Comunismo é equivalente ao Protestantismo, porque essa afirmativa importa na melhor propaganda que se poderia fazer ao Regime vermelho...

O Evangelismo, ao contrário, é a negação dos imperialismos e dos regimes de prepotência. E' a Democracia, como religião predominante nos grandes países democráticos — Inglaterra e Estados Unidos, que serviram de modelo às nossas instituições.

O Evangelismo é a liberdade de pensamento, traduzida no livre exame e no desprezo ao dogmatismo, que reduz os horizontes do pensamento humano.

O protestantismo não pode ser apontado como causa de inquietações sociais.

Os países em que as reformas agrárias se processaram de maneira dramática, como aconteceu no México, não são países de influência evangélica e aí a Igreja Protestante não per-

deu terras imensas e desaproveitadas, possuídas e mantidas de forma anti-social.

O Comunismo não consegue vingar nos países protestantes, e nos Estados Unidos, onde as idéias têm livre trânsito e o Partido Comunista dispõe de existência legal, éle se reduz a um movimento de expressão ridícula.

Ao contrário disso, a propaganda e a influência comunista encontram eco de maneira alarmante nos países de maiorias católicas romanas, como aconteceu na Espanha, que enfrentou uma revolução sangrenta de longos anos, e como acontece agora na Itália, a sede do imperialismo da Igreja. Ali, a dois passos do Vaticano, está o Congresso italiano, de 600 membros, onde 130 são representantes do Partido Comunista.

Visitando agora aquêle País, fiquei impressionado e surpreendido em saber da situação de influência soviética naquela velha Nação católica-romana, a ponto de ter o Partido Católico de realizar entendimentos muitas vezes com o Partido Comunista para solução na Câmara de certos problemas de seu interesse.

Fatos desta ordem não se verificam nas grandes democracias protestantes, de povos cultos e libertos, impenetráveis, por isso mesmo, às ideologias comunistas: nem na Inglaterra, nem nos Estados Unidos, nem na Holanda ou na Suécia, na Noruega ou Dinamarca, no Canadá, Austrália ou Nova Zelândia, nem na Finlândia, limitrofe da Rússia e com 90% de protestantes.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex.^a permite um aparte*

O SR. RUI RAMOS — Pois não.

O Sr. Nelson Carneiro — Quando Monsenhor Arruda Câmara pronunciou esse discurso, entendi que não tardaria um esclarecimento, dado por aquêles que acompanham a evolução social, nos países evangélicos. Mas, adversário constante de S. Ex.^a em tantas pejeas, compreendo a posição em que se colocou, ao cotêjar das estatísticas, mostrando o declínio, em muitas localidades do País, do prestígio da Igreja Católica, e que deve ser desacerto de certas idéias, em que se encastela. Realmente, quem quer que estude as estatísticas nacionais, há de ver que a Igreja Evangélica e outras religiões que não a católica, vão con-

quistando sempre maior número de adeptos. Era natural, portanto, que Monsenhor Arruda Câmara, preocupado com a diminuição da percentagem de católicos, viesse clamar contra alguma coisa. Clamou mal, e V. Ex.^a está demonstrando que clamou pessimamente.

O SR. RUI RAMOS — Obrigado a V. Ex.^a.

São estranhos esses ataques e hostilidades porque as forças evangélicas no Brasil não alimentam rivalidades com as demais denominações cristãs. Defendem, ao contrário, o direito de todas ao pleno exercício da liberdade de culto e de consciência.

Esta orientação, é, aliás, um postulado do Evangelismo no Mundo.

Os Estados Unidos, por exemplo, com 70 milhões de protestantes, para 30 milhões de católicos-romanos, jamais admitiram discriminação religiosa e asseguram às minorias católicas o mais livre e mais efetivo direito de culto.

O protestantismo da atualidade não se caracteriza mais, como no passado, pela negação do catolicismo. Mas sim pela afirmação de si mesmo.

O Sr. Ponciano dos Santos — As minorias católicas nos Estados Unidos são a minharia de 38 milhões de católicos praticantes. Trata-se, portanto, da maior nação católica praticante do mundo. Nem o Brasil, nem a Espanha, nem a Itália possuem tantos católicos praticante como os Estados Unidos, cujo clero se eleva 40 mil sacerdotes, enquanto o Brasil possui apenas 5 mil. Acho, portanto, que V. Ex.^a, pensando ser o Brasil nação mais católica do que os Estados Unidos, está errado, porque é necessária a soma de muitas seitas religiosas protestantes para equipararem-se ao número de católicos.

O SR. RUI RAMOS — Para responder ao aparte de V. Ex.^a direi o inverso: só os Estados Unidos contam 70 milhões de protestantes, número superior a soma dos católicos romanos de todas as repúblicas latino-americanas e muitas de outros Continentes. Assim, se formos examinar o problema sob esse aspecto não chegamos a resultado algum. Os católicos nos Estados Unidos são 30 milhões, para 70 milhões de protestantes.

O Sr. Flores da Cunha — Para corroborar o aparte do nobre Deputado Ponciano dos Santos, quero referir episódio dos últimos dias. E' sabida que a maioria dos americanos do norte são protestantes, mas há um fato de duas semanas a esta parte que mostra a evolução dos americanos no sentido do catolicismo. John Foster Dulles, atual Ministro de Estado Norte-americano, é filho de pastor protestante e é protestante sincero e praticante. A esposa, ainda mais do que éle, é protestante, também sincera, que cultua seu credo. Pois bem. O filho de John Foster Dulles, de 20 ou 21 anos de idade, acaba de ingressar na Companhia de Jesus.

O SR. RUI RAMOS — O aparte do ilustre colega apenas confirma a tese que estamos expondo: a da liberdade de consciência que existe, naquele país, a ponto de o filho de um homem daquela categoria, moco que saiu do seio de uma casa evangélica e que se criou nessa denominação, definir-se, livremente, pelos pendores do seu espírito e do seu coração, para a Igreja Católica. Defendemos a mesma liberdade para o Brasil.

O Sr. Lauro Cruz — Permita-me duas palavras. Não é pequeno o número de ministros evangélicos em nossa terra, que foram no passado, sacerdotes católicos romanos.

O SR. RUY RAMOS — O protestantismo da atualidade, Srs. Deputados, por sua expressão quantitativa e sobretudo pela força moral e mental que representa se impõe no Brasil de hoje como uma afirmação de cultura, de civilização e de brasilidade.

Enquanto o Clero católico-romano necessita ainda recrutar 55% dos seus membros entre sacerdotes estrangeiros, o clero evangélico já conta com 70% de sacerdotes nacionais, formados em suas faculdades de Teologia.

O Evangelismo não combate ninguém. Deseja cooperar com todas as instituições, com o Governo e com o povo, para ajudar o Brasil a caminhar na História, livre de intolerâncias, de fanatismo, de fetichismos e de idolatrias.

Felizmente, domina hoje o pensamento brasileiro um clima de compreensão e entendimento que coloca os problemas espirituais na altura e na dignidade em que os mesmos se devem manter.

Os líderes mais categorizados da própria Igreja Romana estão encarando o problema religioso dentro de conceitos novos, que resultam das realidades do mundo atual e dos imperativos de colaboração e reciprocidade, que estão a convocar todas as forças espirituais para a luta de sobrevivência do Homem livre.

O Sr. Flores da Cunha — Gosto de tomar parte num debate dessa categoria, sabendo da sinceridade do credo de V. Ex.^a e da sua independência espiritual.

O SR. RUY RAMOS — Obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Flores da Cunha — O clima de monoteísmo no mundo é o clima que convém ao homem educado no amor de Cristo.

O SR. RUY RAMOS — Esperava de V. Ex.^a uma manifestação desse tipo.

O Sr. Flores da Cunha — Quero dizer a V. Ex.^a que não sou um cristão novo, porque recebi o batismo, mas sou um convertido à eucarista há menos de dois anos.

Sr. Deputado, a liberdade, a independência espiritual levam os homens a um episódio sublime como aquele do afundamento de um navio de guerra americano durante o último conflito. Transportava tropas de todos os credos para as linhas de batalha. O navio foi torpedeado em pleno Atlântico. Todos procuraram baixar os escaninhos para a salvação das tropas. O sacerdote católico, o pastor protestante e o rabino judeu foram convidados a desembarcar em primeiro lugar. Negaram-se, ajoelharam-se no tombadilho e só deixaram o navio depois de descer o último soldado. Isto redime a espécie humana.

O SR. RUY RAMOS — Perfeitamente. Este aparte, de um católico sincero, eu gostaria servisse de modelo à conduta e à orientação mental e espiritual de toda a grande Igreja Católica Romana do meu País.

O Sr. Lauro Cruz — Muito bem.

O SR. RUY RAMOS — O eminente Sr. Tristão de Athayde, que é hoje um líder católico evoluído, após uma longa e proveitosa convivência com a democracia protestante norte-ame-

ricana, analisa com precisão e profundidade o conceito da "convivência dos contrários" na comunidade internacional dos nossos dias.

Procura interpretar à luz da moderna conjuntura, os aspectos jurídicos e doutrinários do discurso pronunciado pelo Papa a 6 de dezembro de 1953, aos juristas católicos italianos.

Segundo o eminente pensador, está hoje definitivamente verificado não mais existir unidade religiosa em qualquer país do Mundo, nem mesmo naqueles que se jactam de ter preservado a sua tradição, seja católica, seja protestante, seja mulçumana ou budista.

Os povos se interpenetraram e as idéias de uns contaminaram parte dos demais. É uma determinante da cultura. É a civilização, que facilita o trânsito do pensamento, a comunicabilidade, o conhecimento recíproco dos homens, no espaço e no tempo. A regra hoje é a pluralidade, com maiorias oscilantes e duvidosas.

Por isso mesmo, o problema de maioria, em matéria religiosa, nunca deveria ser invocado. Se a liberdade de pensamento e de culto é um direito natural, vale como direito, e prevalecerá diante de quaisquer maiorias acidentais de número. Nem a unanimidade destrói um direito natural.

Nesse memorável discurso, assim comentado por Tristão de Athayde, o Papa traça rumos novos à conduta da sua Igreja, para possibilitar a convivência dos povos na órbita internacional, e condena a orientação seguida até há pouco, que impunha à Igreja uma interpretação restritiva e intolerante.

Ressalta o pensador cristão brasileiro a significação desse discurso na hora, diz ele, em que alguns pretendem enfeudar a Igreja ao princípio da intolerância universal e absoluta, como se nada houvesse mudado, no Mundo, desde a idade média.

E acrescenta o eminente líder católico: Em bem da paz entre os povos e da harmonia entre as classes, as famílias e os indivíduos, podemos perfeitamente conciliar a pureza e o rigor dos princípios religiosos e morais

com o respeito àqueles Estados ou àqueles indivíduos que sejam de opinião diversa e mesmo contrária a nossa, em matéria moral ou religiosa.

Condena a justificação dos meios pelos fins e o espírito faccioso que se apresenta sob a máscara do Espírito Santo.

E conclui aconselhando o equilíbrio do bom senso contra os arrebatamentos das paixões partidárias, porque no seu dizer Deus não é um partido, e a Igreja não é uma facção.

E dentro desses novos horizontes que desejamos ver todos os cristãos brasileiros, cooperando com Deus, na obra da Paz, da Liberdade e da Civilização.

São esses os rumos de pensamento que orientam o conteúdo do Manifesto da Confederação Evangélica do Brasil.

Considerarei do meu dever trazer o conhecimento desta Casa, dos católicos liberais, da juventude do Brasil dos homens livres e de bons costumes, de todos os brasileiros de boa vontade, mais esta contribuição do Evangelismo nacional à evolução do Brasil.

Fiz entrega também de um exemplar do documento ao Exmo. Sr. Presidente da República, que tantas e tão reiteradas provas de consideração e de apreço vem dando há longos anos à obra do Povo Evangélico (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1954